RECOMENDAÇÃO Nº 001/2025-MPPA/PJA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2025.00005010-7

Ementa: Educação no Trânsito. Recomendação à Prefeitura Municipal de Anajás, Polícia Civil, à Polícia Militar e ao Conselho Tutelar.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, apresentado pelo Promotor de Justiça de Anajás, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com arrimo nos artigos 127, *caput*, e 129, incisos II, VI e IX da Constituição Federal de 1988; artigo 130, inciso IX, da Constituição Estadual de 1989, artigo 6º, inciso XX da Lei Complementar Federal nº 75/93, bem como pelo artigo 117, incisos I e II, bem como pelo artigo 201, inciso VIII e §§ 2º e 5º, alínea “c”, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente); art. 55, parágrafo único, inc. IV, da Lei Complementar n.º 057/2006; na forma da Resolução n.º 164/2017-CNMP, do art. 74 e seguintes da Resolução n.º 012/2024-CPJ e:

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis na forma do art. 127, *caput*, da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, nos exatos termos do art. 129, inciso II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Constituição da República atribui ao Ministério Público a função de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (artigo 129, inciso 11);

CONSIDERANDO que constitui crime, sujeito à pena de 06 (seis) meses a 01 (um) ano de detenção, ou multa, “**dirigir veículo automotor, em via pública, sem a**

devida Permissão para Dirigir ou Habilitação ou, ainda, se cassado o direito de dirigir, gerando perigo de dano” (Código de Trânsito Brasileiro – artigo 309);

CONSIDERANDO que constitui ato infracional o adolescente, sendo este a pessoa maior de 12 (doze) e menor de 18 (dezoito) anos de idade, praticar a conduta acima descrita, ficando passível de cumprir uma das medidas socioeducativas previstas no artigo 112 da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA);

CONSIDERANDO que também constitui crime, punível com pena de 06 (seis) meses a 01 (um) ano de detenção, "**Permitir, confiar ou entregar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada, com habilitação cassada ou com o direito de dirigir suspenso, ou, ainda, a quem, por seu estado de saúde, física ou mental, ou por embriaguez, não esteja em condições de conduzi-lo com segurança**" (art. 310);

CONSIDERANDO que a prática do chamado “grau” configura crime ou ato infracional, pois, configura conduta de "**Participar, na direção de veículo automotor, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística ou ainda de exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor, não autorizada pela autoridade competente, gerando situação de risco à incolumidade pública ou privada”**, com pena detenção de 06 (seis) meses a 03 (três) anos (art. 308);

CONSIDERANDO que o pai, a mãe ou responsável que praticar a conduta acima descrita, entregando o veículo para criança e adolescente, incide nas penas do artigo 310 do Código de Trânsito Nacional;

CONSIDERANDO que a emissão de ruídos por condutores menores de 18 (dezoito) anos, de motocicletas com escapamentos/descargas proibidos(as) ou avariados, pode configurar a ato infracional equiparado a contravenção penal capitulada no art. 42, inc. III, da LCP ou ao crime ambiental do art. 54, *caput*, da Lei n. 9.605/98;

CONSIDERANDO que a responsabilidade dos pais e responsáveis que permitem, confiam ou entregam a direção de veículo automotor a seus filhos menores de dezoito anos de idade, incorrendo na **infração administrativa prevista no art. 249 da Lei nº 8.069/90, porquanto tal conduta configura descumprimento dos deveres**

inerentes ao poder familiar ou decorrentes de tutela ou guarda, sujeitando-se a uma pena de multa de 03 a 20 salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência;

CONSIDERANDO que a expressão "veículo automotor" compreende todo e qualquer automóvel, motocicleta e assemelhados movidos à propulsão;

CONSIDERANDO ser o **Conselho Tutelar** o órgão fiscalizador do cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público compete, precipuamente, zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, em consonância com o art. 201, VIII, do Estatuto da Criança e do Adolescente;

RESOLVE:

RECOMENDAR: À Administração Municipal, à Polícia Civil, à Polícia Militar e ao Conselho Tutelar de Anajás, o seguinte:

1. Das providências no caso de condução de veículos automotores:

1.1. Na hipótese de condução perigosa de motocicletas ou quaisquer veículos automotores **por menores de dezoito anos de idade**, sejam adotadas providências para apreender o veículo e encaminhá-lo à Delegacia da Polícia Civil de Anajás para a instauração do procedimento de apuração do ato infracional análogo ao art. 309 e art. 308 do CTB e do Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) referente ao crime do art. 310 do CTB;

1.1.1. Quando da apreensão do veículo nos casos do item 1, automóvel só pode ser liberado a condutor comprovadamente habilitado, desde que não estejam com outras pendências.

2. Da proteção integral:

2.1. Uma vez flagrada a condução por menores entre 12 e 18 anos de veículos automotores, deve a autoridade adotar todas as providências necessárias para garantir a **proteção integral da criança e do adolescente**, em especial o encaminhamento dos pais ou responsáveis, ao Conselho Tutelar para fins de aplicação das medidas protetivas previstas no art. 101 do ECA;

2.2. Observando qualquer outra situação de risco e no caso de criança (menores de 12 anos) conduzindo ciclomotor e/ou veículo automotor, a intervenção do Conselho Tutelar é **obrigatória**;

2.3. A autoridade apreensora deve notificar o Ministério Público, através da Promotoria de Justiça de Anajás/PA, tendo em vista a infração administrativa do art. 249 do ECA;

2.4. Ocorrendo a instauração de procedimentos pertinentes à apuração do ato infracional análogo ao art. 309 e ao crime do art. 310, ambos do CTB, a notificação prevista no item anterior é de responsabilidade da Polícia Civil, feita através de protocolo via sistema PJE;

2.5. Os procedimentos devem conter as informações indispensáveis para identificar a criança, o adolescente, os pais e/ou os responsáveis, além das circunstâncias do fato (dia, hora, local e a narrativa do acontecido) e o nome de pelo menos 02 (duas) testemunhas;

2.6. Recusando-se a Autoridade Policial Civil a lavrar procedimentos para a apuração do delito do art. 310 do CTB, a autoridade apreensora deve notificar o caso ao Ministério Público,

identificando a criança, o adolescente, os pais e/ou os responsáveis e informando as circunstâncias do fato (dia, hora, local e a narrativa do acontecido) e o nome de três testemunhas.

3. Da educação no trânsito:

3.1. À Secretaria Municipal de Educação de Anajás/PA, Diretores(as) das Escolas Municipais e Escola Estadual do Município de Anajás/PA que realizem campanhas/palestras/reuniões e outras atividades de conscientização em escolas, centros de educação e outros espaços públicos para **informar sobre a proibição e os riscos de dirigir ou entregar veículo automotor a criança ou adolescentes.**

3.2. Aos meios de Comunicação do Município de Anajás e Região, em especial a rádio local, que promovam a divulgação da presente recomendação.

4. Das demais recomendações:

4.1. Aos órgãos de trânsito com atuação neste município, dentre os quais a Polícia Militar, para que realizem uma fiscalização rigorosa a fim de coibir os ilícitos tratados nesta Recomendação;

4.2. Ao Comandante local da Polícia Militar, para que oriente os policiais militares quanto ao conteúdo da presente Recomendação;

4.3. Aos Conselheiros Tutelares de Anajás/PA para que, tomando conhecimento das situações aqui narradas, lavrem procedimento, notifiquem os pais e/ou responsáveis das crianças e dos adolescentes condutores, para fins de advertência, dentre outras medidas de proteção que entender pertinentes, nos moldes dos arts. 98, 11, 101, incisos I a VII, 105, 129, incisos I a VII, e 136, incisos I, II e IV, da Lei nº 8.069/90 (ECA);

4.4. Que, em hipótese alguma, especialmente no cumprimento do quanto recomendado na presente recomendação, conduzam ou transportem qualquer criança ou adolescente em compartimento fechado de veículo policial (porta-malas adaptado), em condições atentatórias à sua dignidade, ou que impliquem risco à sua integridade física ou mental, sob pena de responsabilidade.

ADVERTIR que a presente **RECOMENDAÇÃO** entrará em vigor a partir do dia **1º de setembro de 2025** e que, no período entre o recebimento desta e a entrada em vigor, devem os destinatários Administração Municipal, SEMED, Diretores(as) de Escolas Municipais e Estaduais, realizarem as medidas de educação no trânsito indicadas no **item 3**, acima descrito.

REQUISITAR que os destinatários e os órgãos envolvidos, **no prazo de 30 (trinta) dias**, devem informar a esta Promotoria de Justiça de Anajás/PA, sobre todas as providências e medidas efetivadas no sentido de cumprir as orientações descritas nesta **RECOMENDAÇÃO**.

REQUISITAR que a Secretaria Municipal de Educação, Diretores(as) das Escolas Municipais e Escola Estadual do Município de Anajás/PA, **no prazo de 30 (trinta) dias**, informem ao Ministério Público quais as medidas adotadas, relacionadas às campanhas/palestras/reuniões e outras atividades de conscientização que foram realizadas em escolas, centros de saúde e outros espaços públicos para informar sobre a proibição e os riscos de dirigir ou entregar veículo automotor a criança ou adolescentes.

RESOLVE DETERMINAR AO SERVIDOR(A) AUXILIAR DESTA PROMOTORIA, nos termos do artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei n.º 8.625/93, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**:

a) Remeter cópia da presente **RECOMENDAÇÃO** aos seguintes órgãos/autoridades:

01. Secretário(a) Municipal de Assistência Social de Anajás/PA, para ciência;
02. Secretário(a) Municipal de Educação de Anajás/PA, para ciência;

03. Prefeito Municipal de Anajás/PA, para ciência;
04. Presidente da Câmara de Vereadores de Anajás/PA;
05. Ao Delegado de Polícia Civil de Anajás;
06. Ao Comandante da Guarda Municipal;
07. Aos Conselhos Tutelares do município de Anajás/PA;
08. Ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Anajás/PA – CMDCA;
09. Às emissoras de Rádio de Anajás/PA, com o objetivo de reforçar a importância da ampla divulgação de seu conteúdo junto à sociedade;
10. Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, para ciência;
11. Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores, para divulgação entre os principais meios de mídia dos Órgãos;
12. Assessoria de Imprensa do MPPA, para divulgação entre os principais meios de mídia do Órgão.

b) Publicar esta Recomendação na sede do Ministério Público, da Prefeitura e Câmara de Vereadores em Anajás/PA, para que ninguém alegue desconhecimento de seu teor;

DISPOSIÇÕES FINAIS: A partir da data da entrega da presente Recomendação, o Ministério Público considera seu(s) destinatário(s) como pessoalmente ciente(s) da situação ora exposta e, nesses termos, passíveis de responsabilização civil, administrativa e criminal por quaisquer eventos futuros imputáveis a sua omissão.

EFICÁCIA DA RECOMENDAÇÃO: A presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências solicitadas, bem como a omissão na remessa de resposta no prazo estabelecido será considerada como recusa ao cumprimento da recomendação, e poderá implicar a adoção de todas as providências administrativas e judiciais cabíveis, em sua máxima extensão, visando a obtenção do resultado pretendido com a expedição da presente Recomendação, nos termos do art.

11 da Resolução CNMP nº 164/2017. Em caso de não acatamento desta Recomendação, serão tomadas medidas legais a fim de assegurar a sua implementação, inclusive através do ajuizamento da ação civil pública de obrigação de fazer, se for o caso.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Expeça-se o necessário.

Anajás/PA, 11 de agosto de 2025.

FENANDO DA SILVA SOUZA JUNIOR

Promotor de Justiça

Respondendo pela PJ de Anajás/PA